

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

AUDIENCIA PÚBLICA.

REQUERIMENTO (Do Sr. Eduardo Valverde)

Solicita que sejam convidados o Ministro da Educação, Secretário de Ensino Médio, Profissional e Tecnológico do MEC, Ministro do Trabalho e representantes das Centrais Sindicais brasileiras a comparecerem a esta Comissão a fim de prestar esclarecimento sobre a situação do ensino profissionalizante no país.

Senhor Presidente.

Nos termos regimentais, requeiro a V.Exa, ouvido o Plenário desta comissão, sejam convidados a comparecer a este órgão técnico, em reunião de audiência pública a realizar-se em data a ser agendada, com as autoridades acima nomeadas, a fim de prestarem esclarecimentos sobre o ensino profissionalizante no Brasil.

JUSTIFICAÇÃO

Um encontro com cerca de 1 mil participantes debateu, na capital federal, o futuro do ensino profissionalizante no país. Atualmente, apenas 10% dos jovens conseguem concluir o ensino médio e ingressar numa universidade. Com isso, o ensino profissional, voltado para o mercado de trabalho, pode ser uma saída para a qualificação e a evasão escolar. O assunto foi discutido na 1ª Conferência Nacional de Educação Profissional e Tecnológica.

O ministro da Educação, Fernando Haddad, propôs alternativas para

melhorar o assunto: a criação de programas de educação no ambiente de trabalho, educação profissionalizante para estudantes a partir da quinta série do ensino fundamental, a integração do ensino médio esteja integrado à educação profissional.

Para o ministro, essa seria uma forma de reduzir a evasão escolar. Haddad lembrou que dois milhões de jovens entre 15 e 17 anos estão fora da escola. “A maioria deles por não conseguir relacionar a permanência na escola com o futuro profissional”, disse.

No caso da contribuição do Sistema “S”, Haddad explicou que a proposta destinaria até 30% dos recursos das contribuições sociais das empresas ao sistema para cursos profissionalizantes, gratuitos, a alunos do ensino médio de escolas públicas.

Haddad explicou que a idéia será analisada durante a conferência e, se aprovada pelos participantes, será incluída em documento que vai nortear as ações do Ministério da Educação na próxima legislatura. Isso porque a proposta necessita de apoio do Congresso Nacional e do Sistema “S” para que a legislação seja modificada.

“Isso vai exigir mudanças na Lei de Diretrizes e Bases no que diz respeito à educação de jovens e adultos e no ensino médio. Vai, eventualmente, exigir uma lei que regule a oferta de educação profissional por parte do Sistema S e, talvez, uma lei que regule a participação do empresariado na formação inicial de jovens de escola pública no ambiente de trabalho”, disse Haddad.

“É preciso ter foco, formando profissionais de acordo com as necessidades do mercado de trabalho. É preciso ter também agilidade, já que as tecnologias do sistema de produção mudam muito depressa, sendo necessário acompanhar isso. E em terceiro lugar, ter uma estabilidade de recurso para poder ter foco e fazer mudanças rápidas nos cursos profissionalizantes

Eduardo Valverde
Deputado Federal PT-RO